



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Área Requisitante: Secretaria de Obras, Viação e Urbanismo

Responsável: **Mauro Busanello**

Projeto Executivo: **Douglas Cristian Strapazzon**

1.2. Objeto: Pavimentação asfáltica de vias urbanas em CBUQ, com 18.254,53m², sendo 6.574,72m² implantação asfáltica, 4.038,94m² recape asfáltico e 7.640,87m² pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares, incluindo serviços preliminares, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual.

Trechos:

- Rua Violanda Hermann (entre Ruas Augusto Brustolin e Rua Harri Valdir Zamarchi);
- Rua Luiz Zanini (entre Rua Vereador Orlando Ferri e Rua Elmira Bertotti Ogliari);
- Rua Luiz Costela (entre Rua Henrique Zanella e Rua Henrique Zanella + 57,79m);
- Rua Rosalina G da Rocha (entre Rua Santa Catarina e Rua Adolfo Fischer);
- Rua João Nichele (entre Rua João Paulo +165m e Rua João Paulo +210,00m);
- Rua Arlindo Gregolin (entre rua Carlos Poletto + Rua Carlos Poletto + 74,84m);
- Rua Maurino Librelatto (entre Rua das Américas -70,63m e Rua das Américas + 63,5m);
- Rua Santos Dumont (entre Rua Major Estevão Ribeiro e Av Generoso Marques);
- Rua Clevelandia (entre Rua Presidente Kennedy e Rua Ubaldino do Amaral);
- Rua Clevelandia (entre Rua Jacó Gubert e Rua Roque de Oliveira);
- Rua Jacó Gubert (entre Rua Dornevil Ferreira Danguí e Rua Antonio N. Rokemback);
- Rua Antonio Rokemback (entre Rua Professor João Rodrigo e Rua Jacob Pezavento);
- Rua Atilio Dias (entre Rua 01 e Rua 01 + 70,11m);
- Rua 1 (entre Rua Atilio Dias e Rua Atilio Dias + 73,26m);
- Rua José Tortelli (entre Rua Pedro Lotti e Rua Pedro Ferreira);
- Rua Angelo Peruzzo (entre Rua Honorato Nepomuceno e Rua Honorato Nepomuceno + 68,01m);
- Rua Dr Ubaldino do Amaral (entre Rua Luiz Ferri e Rua Luiz Ferri + 92,44m);

Para as ruas sem pavimentação existente foram feitos ensaios de sondagem, do tipo Índice de Suporte Califórnia (I.S.C), para determinar as características do solo e permitir o dimensionamento das camadas do pavimento. Nesse caso, a solução adotada, portanto, será a implantação asfáltica, com execução sub-base, base e capa asfáltica, para as seguintes ruas:

- Rua Violanda Hermann (entre Ruas Augusto Brustolin e Rua Harri Valdir Zamarchi)
- Rua Luiz Costela (entre Rua Henrique Zanella e Rua Henrique Zanella + 57,79m);
- Rua Rosalina G da Rocha (entre Rua Santa Catarina e Rua Adolfo Fischer)



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- Rua João Nichele (entre Rua João Paulo +165m e Rua João Paulo +210,00m)
- Rua Arlindo Gregolin (entre rua Carlos Poletto + Rua Carlos Poletto + 74,84m)

Para as ruas em que está prevista a pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares, assim como para as ruas onde está previsto o recape asfáltico foi feita uma análise visual preliminar, acompanhada por um teste de carga com caminhão caçamba carregado, para verificação da capacidade de suporte do pavimento. Todas as ruas foram aprovadas, apresentando resistência ao tráfego sem apresentar deformações visíveis.

Para as ruas nas quais a pavimentação existente é de pedras irregulares, a solução adotada será a pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares, sendo elas:

- Rua Jacó Gubert (entre Rua Dornevil Ferreira Danguí e Rua Antonio N. Rokemback);
- Rua Antonio Rockemback (entre Rua Professor João Rodrigo e Rua Jacob Pezavento);
- Rua Atilio Dias (entre Rua 01 e Rua 01 + 70,11m);
- Rua 1 (entre Rua Atilio Dias e Rua Atilio Dias + 73,26m);
- Rua José Tortelli (entre Rua Pedro Lotti e Rua Pedro Ferreira);

Para as ruas que já apresentam pavimentação asfáltica, a solução adotada será fresagem e recape asfáltico, sendo elas:

- Rua Santos Dumont (entre Rua Major Estevão Ribeiro e Av Generoso Marques);
- Rua Clevelandia (entre Rua Presidente Kennedy e Rua Ubaldino do Amaral);
- Rua Angelo Peruzzo (entre Rua Honorato Nepomuceno e Rua Honorato Nepomuceno + 68,01m);
- Rua Dr Ubaldino do Amaral (entre Rua Luiz Ferri e Rua Luiz Ferri + 92,44m);

Para algumas ruas apresentam trechos sem pavimentação e trechos com pavimentação poliédrica, sendo adotadas as soluções de implantação asfáltica, com execução sub-base, base e capa asfáltica e pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares, respectivamente, sendo elas:

- Rua Luiz Zanini (entre Rua Vereador Orlando Ferri e Rua Elmira Bertotti Ogliari);
- Rua Maurino Librelatto (entre Rua das Américas -70,63m e Rua das Américas + 63,5m);
- Rua Clevelandia (entre Rua Jacó Gubert e Rua Roque de Oliveira);

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Pretende-se através de licitação contratar empresa para execução de obra para pavimentação asfáltica e recape asfáltico de vias urbanas em CBUQ nas ruas citadas no objeto deste estudo.

2.2. A justificativa para a obra se baseia na necessidade de recuperação da malha viária em diversas ruas da nossa cidade que se encontram deterioradas em virtude do grande tráfego de veículos, ressaltamos que a nova pavimentação será de grande importância para o desenvolvimento da área urbana municipal sendo que além de beneficiar centenas de pessoas



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

que por ali transitam diariamente vai dar qualidade de vida as pessoas que residem nas proximidades. Esta ação municipal é tem por finalidade a valorização da qualidade de vida, além de proporcionar conforto à população e segurança no transporte da nossa comunidade.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para o objeto em questão, é necessário que a empresa a ser contratada possua para a habilitação, os seguintes documentos: (de acordo com exigido pelo PARANACIDADE)

3.1.1 Quanto à Habilitação Jurídica:

- a) Comprovação de existência jurídica da pessoa:
 - a.1) Cédula de Identidade, no caso de pessoa física.
 - a.2) Registro comercial, no caso de empresa individual.
 - a.3) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
 - a.4) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício.
 - a.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- b) Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
- c) Declaração unificada, conforme documento “Declaração de Conhecimento e Atendimento Critérios Legais e Constitucionais”.
- d) Procuração do representante do licitante para participar da concorrência, se for o caso.

3.1.2. Quanto à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certidões de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante: Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal;
- d) Certificado de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a regularidade perante a Justiça do Trabalho;



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

f) Declaração do cumprimento no disposto no inciso XXXIII do art. 7º, da CF/1988, conforme documento “Declaração de Conhecimento e Atendimento Critérios Legais e Constitucionais”.

3.1.3. Quanto à Qualificação Técnica:

3.1.3.1. Capacidade Técnica Operacional:

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

a.1) Em se tratando de empresa de engenharia não registrada no CREA do Estado do Paraná deverá apresentar o registro do CREA do Estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA do Paraná antes da assinatura do contrato.

b) Comprovação de possuir em nome da empresa, atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de responsabilidade técnica com comprovação de descrição do objeto e quantidade mínima, nos termos dos artigos 67 e seguintes da Lei 14.133/2021, sendo permitido o somatório de atestados:

DESCRIÇÃO OBJETO	QUANTIDADE MÍNIMA
PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE (CBUQ)	1.345,98 toneladas

b.1) O(s) atestado(s) apresentado(s) para a comprovação de responsabilidade técnica somente constituirá(ão) prova de capacitação se acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico, ou ART ou RRT, emitido(s) pelo CREA e/ou pelo CAU.

c) Declaração formal da empresa, assinada pelo responsável técnico do licitante, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

3.1.3.2. Capacidade Técnica Profissional:

a) declaração de responsabilidade técnica, indicando o responsável técnico pela execução da obra até o seu recebimento definitivo pelo licitador;

b) a declaração de responsabilidade técnica deverá ser acompanhada de “Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT” do(s) responsável (eis) técnico (s) indicado (s), emitido (s) pelo “Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU”, de execução de, no mínimo, uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à solicitada no objeto da presente contratação;

c) A comprovação de pertencer ao quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante uma das seguintes formas:

- c.1) Carteira de Trabalho;
- c.2) Certidão do CREA;
- c.3) Certidão do CAU;
- c.4) Contrato Social;



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- c.5) Contrato de prestação de serviços;
- c.6) Contrato de Trabalho registrado na DRT;
- d) relação de disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos a serem disponibilizados para a execução da (s) obra (s), conforme análise do projeto, constando o nome, n.º do RG, assinatura do responsável legal e nome, número do registro no CREA/CAU e assinatura do responsável técnico indicado, com declaração expressa de sua disponibilidade durante a execução, sob pena de inabilitação;
- e) cronograma de utilização de veículos, máquinas e equipamentos, devidamente preenchido, com base na relação de disponibilidade do item anterior, constando nome, n.º RG e assinatura do responsável legal pela empresa; e nome, número do registro no CREA/CAU e assinatura do responsável técnico indicado;
 - 3.1.3.2.1. É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo responsável técnico, ou utilização de seu acervo técnico, por mais de uma proponente.
 - 3.1.3.2.2. O responsável técnico só poderá ser substituído, se atendidos os critérios exigidos no Edital, e desde que com expressa autorização do Município, e conhecimento do Paranacidade.

3.1.3.3. Da Vistoria

- 3.1.3.3.1. Os licitantes poderão vistoriar o local onde será executada a obra até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, por meio de representante devidamente habilitado junto ao CREA/CAU.
- 3.1.3.3.2. Quando da visita ao local da obra, deve obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta. A visita ao local deverá ser agendada pelo telefone (46) 3232-8349 até o dia xx/xx /2024 (prever em edital).
- 3.1.3.3.2.1. Após a visita, será emitido atestado de visita pelo Município.
- 3.1.3.3.3. Ainda que os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratante.

3.1.3.4. Declarações

- 3.1.3.4.1. Declaração de que o Licitante se compromete a comprovar, quando da assinatura do contrato, os vínculos, empregatícios ou contratuais, do responsável técnico ou da equipe técnica (se houver), no caso de ser a vencedora da licitação.
- 3.1.3.4.2. Declaração de que não possui, em seu quadro funcional, menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (Lei Federal n.º 9.854 de 27/10/1999), conforme documento “Declaração de Conhecimento e Atendimento Critérios Legais e Constitucionais”.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

3.1.3.4.3. Declaração de Compromisso de Utilização de Produtos e Subprodutos de Madeira e de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

- a) No que diz respeito ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a empresa deverá executar a obra de acordo com a Resolução do CONAMA n.º 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações e com a legislação pertinente do município onde a empresa será construída.
- b) O contratado fica obrigada a utilizar produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica ou nativa que tenham procedência legal, conforme Decreto Estadual n.º 4.889, de 31 de maio de 2005.

3.1.4. Quanto à Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Prova de capacidade financeira, apresentando as demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios sociais.
- b) A comprovação da situação financeira da empresa, conforme Declaração de Capacidade Operacional Financeira, será avaliada pelos Índices de Liquidez Corrente (ILC), Liquidez Geral (ILG) e Solvência Geral (ISG):

(ILG) (valor maior que)	(ILC) (valor maior que)	(ISG) (valor maior que)
1	1	1

b.1) Os índices acima determinados são resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Corrente (ILC):

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG):

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo}}$$

Solvência Geral (ISG):

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Permanente} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo}}$$

Sendo:

AC - ativo circulante

PC - passivo circulante



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

AP - ativo permanente

RLP - realizável a longo prazo

ELP - exigível a longo prazo

b.2) Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

b.3) A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no Edital.

b.4) As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de liquidez geral (LG), liquidez corrente (LC) e solvência geral (SG), deverão comprovar patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

b.5) A Declaração de Capacidade Operacional Financeira demonstrará a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

c) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

c.1) O balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis, devidamente assinado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados.

c.2) O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O(s) mesmo(s) deverá(ão) ser assinado(s) por profissional da contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

c.3) Quando a data da abertura do certame for superior ao dia 30 de abril do presente ano, somente serão aceitos os balanços dos dois anos imediatamente anteriores.

c.4) Os documentos exigidos no item “b” limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

c.5) Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, por serem recém-constituídas, apresentação de cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante.

d) certidão negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, dentro do prazo de validade;

e) declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Da justificativa para exigência dos índices:

Os índices solicitados não ferem ao disposto no art. 69, da Lei Federal nº 14.133/2021 e foram estabelecidos em valores extremamente razoáveis para avaliar a qualificação econômico-financeira dos licitantes.

O índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que pode comprometer a continuidade das atividades da empresa.

O índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade de pagamento a curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa.

O índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes. Índice menor do que 1,00 demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes garantindo o pagamento das suas dívidas, o que pode comprometer a continuidade das atividades da empresa.

Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, foram estabelecidos observando valores usualmente adotados para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis.

Portanto, o atendimento aos índices estabelecidos, demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices, revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, colocando em risco a execução do contrato.

4. LEVANTAMENTO DO MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA

4.1. Foram consultadas contratações similares de outros órgãos públicos, no entanto, não foram identificadas novas metodologias ou inovações que pudessem atender às necessidades da administração.

4.2. Desta forma, observou-se que através da modalidade de licitação CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, tipo menor preço, para serviços COMUNS de engenharia, em regime de empreitada por preço global, é a melhor forma de atender as necessidades da Administração, bem como a maneira mais vantajosa.

A equipe de engenharia da prefeitura entende que a obra de pavimentação asfáltica de vias urbanas desse ETP, descrita no item 1.2, é caracterizada como uma obra COMUM de engenharia,



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

pois as técnicas, materiais e equipamentos necessários para a mesma são comuns para as empresas do ramo, através de ações padronizadas de desempenho e qualidade, sendo os serviços envolvidos corriqueiros, comumente encontrados em licitações de obras públicas.

O IBRAOP¹ apresenta a seguinte definição para obras comuns de engenharia: “é aquela na qual (i) a mão de obra, os equipamentos e os materiais utilizados são padronizáveis e (ii) amplamente disponíveis no mercado, (iii) os métodos construtivos têm responsabilidade técnica assumida por arquiteto, engenheiro ou técnico com registro no conselho profissional (que atenda aos requisitos previsto no edital), bem como (iv) os objetos contratados são de conhecimento geral e possuem muitas características técnicas de fácil descrição e compreensão, inclusive por parte do executor da obra, o operário da construção civil.”

Dessa forma, considerando a definição apresentada e as características técnicas da obra conclui-se que a mesma é enquadrada como obra comum.

Vale acrescentar que, conforme histórico anterior, de licitações com objeto de mesma natureza, houve empresas interessadas, não restando fracassadas.

¹IBRAOP, 2021. Nota técnica IBR 001/2024, Entendimento sobre obra comum e obra especial de engenharia previstos na Lei nº 14.133/2021. Disponível em: <https://www.ibraop.org.br/blog/2022/02/16/nota-tecnica-confirma-o-entendimento-do-ibraop-sobre-obra-comum-e-obra-especial-de-engenharia/>. Acesso em 01/07/2024.

4.3. Portanto, o tipo de solução escolhida é a que mais se aproxima dos requisitos definidos e que mais promove a competição, levando em conta economicidade, eficácia, eficiência, padronização e práticas do mercado.

No presente caso, a contratação para a execução da obra deverá ser licitada como objeto não divisível, sem parcelamento do objeto com a execução da obra por uma única empresa “por lote”.

A indivisibilidade do objeto ainda se justifica pelo fato de que os elementos técnicos e econômicos do caso concreto condizem com o seu não-parcelamento, cuja fragmentação do objeto poderá comprometer a realização da obra, onde a centralização da responsabilidade em uma única contratada é considerada eficiente e com resultados satisfatórios a vista do acompanhamento de problemas e soluções, bem como por facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado.

De tal forma, diante da natureza do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, qual seja, execução de obra de engenharia para pavimentação asfáltica, é razoável que a eventual contratação a ser



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

realizada não seja parcelada, diante da maior necessidade de desenvolvimento integrado do conjunto de atividades, devendo o objeto da licitação, ser adjudicado a uma única empresa, de modo a permitir que o gerenciamento da execução da obra e o do contrato administrativo se desenvolvam de forma mais efetiva.

Dito isto, ainda é importante ressaltar que a concentração da solução não tem o condão de inibir a competitividade do eventual procedimento licitatório a ser instaurado, tendo em vista que há, no mercado local, uma diversidade de empresas aptas a executar, na íntegra, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

4.4. O levantamento de custos para elaboração de uma prévia orçamentária foi feito com uso da tabela OrçaPAV do ParanaCidade, para os itens não presentes no banco de dados foram buscados nas planilhas SINAPI ou foi realizada consulta direta com empresas do ramo de atividades, correspondente ao objeto, através de solicitação de orçamentos. Alguns itens de ensaio tecnológico foram baseados na referência DAER/RS, conforme constam na planilha OrçaPAV do ParanaCidade, cuja data base é de maio de 2019, sendo que seus valores foram atualizados pelo ParanaCidade para a data de Setembro/2023 de acordo com os índices da SINAPI, conforme esclarecimentos que constam no memorial descritivo.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. As ruas as quais serão executadas a pavimentação asfáltica e recape asfáltico são de uso do povo e encontram-se na área urbana do município sendo estas: Rua Violanda Hermann (entre Ruas Augusto Brustolin e Rua Harri Valdir Zamarchi); Rua Luiz Zanini (entre Rua Vereador Orlando Ferri e Rua Elmira Bertotti Ogliari); Rua Luiz Costela (entre Rua Henrique Zanella e Rua Henrique Zanella + 57,79m); Rua Rosalina G da Rocha (entre Rua Santa Catarina e Rua Adolfo Fischer); Rua João Nichele (entre Rua João Paulo +165m e Rua João Paulo +210,00m); Rua Arlindo Gregolin (entre rua Carlos Poletto + Rua Carlos Poletto + 74,84m); Rua Maurino Librelatto (entre Rua das Américas -70,63m e Rua das Américas + 63,5m); Rua Santos Dumont (entre Rua Major Estevão Ribeiro e Av Generoso Marques); Rua Clevelandia (entre Rua Presidente Kennedy e Rua Ubaldino do Amaral); Rua Clevelandia (entre Rua Jacó Gubert e Rua Roque de Oliveira); Rua Jacó Gubert (entre Rua Dornevil Ferreira Danguí e Rua Antonio N. Rokemback); Rua Antonio Rockemback (entre Rua Professor João Rodrigo e Rua Jacob Pezavento); Rua Atilio Dias (entre Rua 01 e Rua 01 + 70,11m); Rua 1 (entre Rua Atilio Dias e Rua Atilio Dias + 73,26m); Rua José Tortelli (entre Rua Pedro Lotti e Rua Pedro Ferreira); Rua Angelo Peruzzo (entre Rua Honorato Nepomuceno e Rua Honorato Nepomuceno + 68,01m); Rua Dr Ubaldino do Amaral (entre Rua Luiz Ferri e Rua Luiz Ferri + 92,44m), totalizando 18.254,53m², sendo 6.574,72m² implantação asfáltica, 4.038,94m² recape asfáltico e 7.640,87m² pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

5.2. O escopo dos serviços técnicos de pavimentação incluirá:

- Serviços preliminares (Placa de Obra)
- Drenagem
- Base e Sub Base
- Revestimento
- Meio-fio / sarjeta
- Urbanização
- Sinalização de trânsito
- Ensaios tecnológicos
- Totalizando uma área de intervenção de 18.254,53m².

5.3. Em todas as etapas, os materiais empregados devem ser equivalentes aos solicitados, e todas as Normas Técnicas pertinentes devem ser seguidas.

5.4. A fiscalização do município poderá solicitar adequações nos documentos técnicos.

5.5. Demais especificações contidas no projeto executivo e de acordo com as normas do PARANACIDADE.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1. Constitui o objeto deste a contratação de empresa para execução do objeto descrito a seguir:

Local: Centro - Bairro São Cristóvão - Bairro Camilotti – Bairro São Luiz – Bairro São José Operário – Bairro Madalosso – Bairro Primavera – Bairro Líder – Bairro Jardim Maria da Luz – Bairro Imaribo – Bairro Santa Cruz;

Pavimentação asfáltica de vias urbanas em CBUQ, com 18.254,53m², sendo 6.574,72m² implantação asfáltica, 4.038,94m² recape asfáltico e 7.640,87m² pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares, incluindo serviços preliminares, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual.

Trechos:

Rua Violanda Hermann (entre Ruas Augusto Brustolin e Rua Harri Valdir Zamarchi);
Rua Luiz Zanini (entre Rua Vereador Orlando Ferri e Rua Elmira Bertotti Ogliari);
Rua Luiz Costela (entre Rua Henrique Zanella e Rua Henrique Zanella + 57,79m);
Rua Rosalina G da Rocha (entre Rua Santa Catarina e Rua Adolfo Fischer);
Rua João Nichele (entre Rua João Paulo +165m e Rua João Paulo +210,00m);



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Rua Arlindo Gregolin (entre rua Carlos Poletto + Rua Carlos Poletto + 74,84m);
Rua Maurino Librelatto (entre Rua das Américas -70,63m e Rua das Américas + 63,5m);
Rua Santos Dumont (entre Rua Major Estevão Ribeiro e Av Generoso Marques);
Rua Clevelandia (entre Rua Presidente Kennedy e Rua Ubaldino do Amaral);
Rua Clevelandia (entre Rua Jacó Gubert e Rua Roque de Oliveira);
Rua Jacó Gubert (entre Rua Dornevil Ferreira Danguí e Rua Antonio N. Rokemback);
Rua Antonio Rockemback (entre Rua Professor João Rodrigo e Rua Jacob Pezavento);
Rua Atilio Dias (entre Rua 01 e Rua 01 + 70,11m);
Rua 1 (entre Rua Atilio Dias e Rua Atilio Dias + 73,26m);
Rua José Tortelli (entre Rua Pedro Lotti e Rua Pedro Ferreira);
Rua Angelo Peruzzo (entre Rua Honorato Nepomuceno e Rua Honorato Nepomuceno + 68,01m);
Rua Dr Ubaldino do Amaral (entre Rua Luiz Ferri e Rua Luiz Ferri + 92,44m);

Área Pavimentada: 18.254,53 m²

Colocação de placas de comunicação visual.

Prazo de execução: 360 (trezentos e sessenta) dias

6.2. A forma de contratação será por LOTE, sob empreitada por preço global, sendo que os valores unitários de cada item que compõe a obra são os definidos na planilha orçamentária, a qual, compõe o projeto executivo.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

7.1. O valor estimado máximo para a presente contratação é de **R\$ 3.206.081,92 (três milhões, duzentos e seis mil, oitenta e um reais e noventa e dois centavos)**, conforme obtido através da tabela OrçaPAV – Paraná Cidade e orçamentos.

7.2. As despesas com a execução do objeto licitado serão financiadas com recursos do Tesouro do Estado e adicional financeiro do Município, sendo especificamente:

- 1-recursos oriundos do convênio 489/2024 -SECID-FONTE 982 – R\$ 3.000.000,00 (93,57215%)
- 2-recursos oriundos de saldo de contrato de operação de crédito – FONTE: 310102 – R\$64.654,21 (2,01661%)
- 3-recursos próprios do município de Coronel Vivida – FONTE 000 (LIVRES) – R\$141.427,71 (4,41124%).

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. Para a melhor solução, a presente contratação não pode ser parcelada, o qual seja a execução de obra para pavimentação asfáltica de vias urbanas em CBUQ, com 18.254,53m², sendo 6.574,72m² implantação asfáltica, 4.038,94m² recape asfáltico e 7.640,87m² pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares visando a maior eficiência e resultado final.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

9.1. Não existem contratações correlatas ou interdependentes.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:

10.1. Não existe previsão para o objeto deste no Plano de Contratações Anual, todavia o mesmo está alinhado ao Planejamento de Contratações do Município não havendo impedimento de licitar conforme Decreto 8.266/2023, alterado pelo Decreto 8.410/2024:

“Art. 221-C. “Poderão ocorrer licitações para contratação de itens que não estejam registrados no Plano de Contratações Anual - PCA desde que atendidos os requisitos de interesse público e conveniência.”

11. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1. Faz-se necessária a contratação para a execução da obra objeto deste estudo com objetivo de melhoramento da trafegabilidade, acessibilidade, e das condições de conforto e segurança da via.

11.2. Os resultados pretendidos com esse projeto incluem benefícios sociais com o aumento da qualidade de vida da população, geração de empregos e diversos benefícios que obras estruturantes geram para o município. Com a execução do recape e sinalização da via, serão garantidas melhores condições de mobilidade e segurança da via. Com a execução dos serviços de drenagem será ampliada a infraestrutura urbana, dando maiores oportunidades para a população.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS QUANDO DA CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

12.1. Previamente a assinatura do contrato, os servidores indicados como responsáveis pela fiscalização devem tomar conhecimento de todos os documentos presentes no processo e todos os procedimentos realizados, bem como adotar métodos de controle, seja através de planilhas ou outro que julgar mais adequado, para uma melhor gestão do contrato, das autorizações de fornecimento, dos pedidos a serem realizados pelas unidades e da emissão e controle de saldo de empenhos.

12.2. Deverá ser solicitada a garantia da execução do contrato, nos termos do Art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

13.1. A contratada deverá empregar materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental. O descarte de peças e materiais devem estar em observância à política de responsabilidade socioambiental do órgão. Observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. Declara para os devidos fins, que a presente contratação, está dentro dos parâmetros de razoabilidade e viabilidade técnicas socioeconômica e ambiental, com base nos elementos colhidos durante o estudo preliminar.

15. ANEXOS

15.1. Fazem parte da pretendida contratação a PASTA TÉCNICA.

16. RESPONSÁVEIS

Mauro Busanello
Secretária de Obras, Viação e Urbanismo

Douglas Cristian Strapazzon
Divisão de Estudos e Projetos

Coronel Vivida, 11 de julho de 2024.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8908-0874-4318-5D56

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DOUGLAS CRISTIAN STRAPAZZON (CPF 041.XXX.XXX-06) em 12/07/2024 08:56:02 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MAURO BUSANELLO (CPF 309.XXX.XXX-72) em 12/07/2024 09:11:02 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://coronelvvida.1doc.com.br/verificacao/8908-0874-4318-5D56>